

Os Casos Verônica Bolina e Marianna Lively: Análise de Enunciados da *Folha de S. Paulo* sobre Identidades Trans nas Mídias Digitais ¹

Raphaella Freitas Petkovic de Carvalho PEREIRA²
Universidade Paulista, São Paulo, SP

Resumo

A violência sofrida pelos transgêneros no Brasil tem sido notícia em vários suportes discursivos midiáticos. Além do desconhecimento geral sobre os mesmos, há forte preocupação em estabelecer a que “gênero” pertencem. Analisando os enunciados “*Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada*” e “*Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos*”, veiculados no ano de 2015 na *Folha de S. Paulo*, pudemos refletir sobre os mecanismos discursivos que, acionados pelos seus autores, estimulam os leitores a ideias preconcebidas e estigmatizadas. As conclusões deste trabalho, considerando o momento presente como histórico, mostraram que os transgêneros possuem marcadores essenciais de sua existência, evidenciando um enunciado transfóbico no que concerne à análise dos enunciados e à relação deles com a mídia digital.

Palavras-chave: Transgêneros; Mídia; Mecanismos Discursivos.

A Sigla LGBT e os Transgêneros

O termo LGBT é um acrônimo para Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros. *Gays* e lésbicas são pessoas que sentem atração emocional e sexual por pessoas do mesmo sexo. Bissexuais podem tanto relacionar-se sexual e afetivamente com alguém do mesmo sexo ou pelo oposto. O termo “transgênero” é utilizado para descrever o grupo de pessoas que não se enquadra nas definições “homem” e “mulher”, concebidas socialmente. Incluem-se neste termo os transexuais (pessoas que possuem uma identidade de gênero diferente da designada ao nascimento e apresentam sensação de desconforto em relação ao seu sexo anatômico, manifestando o desejo de viverem e serem aceitos como sendo do sexo oposto), intersexuais (em substituição ao termo hermafrodita, pessoas que apresentam características sexuais ou secundárias de ambos os sexos, podendo mantê-las ou corrigi-las através de procedimentos), andróginos (homens que utilizam adereços femininos e mulheres que

¹ Trabalho apresentado no GT História da Mídia Digital, integrante do 11º Encontro Nacional de História da Mídia.

² Aluna do Programa de Mestrado em Comunicação da Universidade Paulista (UNIP), sob orientação da Profª Drª Bárbara Heller. Professora de Ensino Médio e Técnico no Centro Paula Souza. E-mail: raphafp@live.com.

utilizam adereços masculinos, visando ressaltar a dualidade, ao passo em que experimentam sensação de pertencer aos dois gêneros), travestis (pessoas do sexo masculino que gostam de portar-se como o sexo oposto, mas mantêm o sexo biológico, usando uma identidade masculina ou feminina, “transitando” entre os dois gêneros), *crossdressers* (pessoas que gostam de vestir-se com roupas pertencentes a um gênero oposto ao seu e viver socialmente desta forma, sendo aceitas com o gênero que escolheram vestir-se) e transformistas (também conhecidos como “drag queens” ou “drag kings”, são as pessoas que utilizam roupas do sexo/gênero oposto para apresentações e sem que isso necessariamente interfira em sua orientação sexual ou identidade de gênero). Ou seja, as definições de *gay*, lésbica ou bissexual referem-se à orientação sexual do indivíduo, enquanto transgênero refere-se à identidade de gênero, objeto de interesse deste artigo.

Inicialmente, a sigla LGBT era nacionalmente conhecida como GLS (*Gays*, Lésbicas e Simpatizantes) e posteriormente GLBS (*Gays*, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes). Porém, houve reivindicações de pessoas que não se enquadravam em nenhuma dessas denominações - justamente os transgêneros – fazendo com que a sigla se tornasse GLBT. Finalmente, em 8 de junho de 2008, durante a 1ª Conferência Nacional GLBT, realizada em Brasília, foi votada e aprovada a mudança da sigla para LGBT (Lésbicas, *Gays*, Bissexuais e Transgêneros).

Análise das Palavras “Travesti” e “Transexual”

Ao realizar este estudo da análise do discurso da mídia digital, optou-se por duas reportagens veiculadas pela *Folha de S. Paulo* em datas distintas, durante o ano de 2015: a primeira, intitulada “*Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada*”, de 16.04.2015, aba Cotidiano, e a segunda, “*Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos*”, de 29.09.2015, aba Cotidiano.

Um ponto importante e que se faz necessário ressaltar neste artigo é a reflexão sobre os travestis e transexuais como experiências de gênero e como forma de representações femininas. Para isso, nada mais relevante do que fazer uma análise semântica e morfológica das palavras-chave presentes no enunciado das duas reportagens em tela: “transexual” e “travesti”, verificando se as mesmas trazem essa representatividade.

Ao buscar o significado no dicionário Michaelis, pudemos verificar que o verbete “*transsexual*” é estabelecido como pertencente às classes gramaticais adjetivo e substantivo. Pode também pertencer ao gênero masculino ou feminino, definindo-se como:

1 Que ou aquele que revela o transexualismo. 2 Que ou aquele que se submeteu a tratamento com hormônios (estrogênio ou testosterona) e procedimento cirúrgico, a fim de adquirir características do sexo oposto. *adj m+f Med, Psicol* 1 Relativo a ou próprio do transexualismo. 2 Diz-se de procedimento clínico ou cirúrgico que tem como objetivo alterar os traços sexuais externos de uma pessoa, tornando-os semelhantes aos do sexo oposto. (MICHAELIS, 1998, p. 2098).

Já a palavra “*travesti*”, ainda segundo Michaelis (1998), vem classificada na língua portuguesa como substantivo masculino, de origem francesa, cujo significado é: “1 Disfarce sob o traje de outro sexo. 2 *por ext.* Disfarce.” (p. 2108)

Com isso, podemos concluir que, enquanto a palavra “*transsexual*” admite tanto os gêneros masculino e feminino, segundo a norma culta, a palavra “*travesti*” admite apenas o gênero masculino, indo de encontro ao que é visto no título da reportagem (espancada), mostrando que o adjetivo está declinado para o feminino.

Trata-se de uma primeira investigação, a mais simples e corriqueira: a do dicionário, que explica o uso cotidiano das palavras pelos e para os usuários de uma língua. São essas palavras que também são utilizadas para formar conceitos e teorias, como veremos adiante.

Transgêneros e Vivências Femininas

Judith Butler vai além do dicionário lexical e menciona que não há uma identidade de gênero por trás das expressões de gênero, afirmando ainda que a identidade é constituída por gestos performativos como forma de subverter (ou reproduzir) a ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo. Ainda, completa:

O gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado, tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. (BUTLER, 2008, p. 45)

A respeito do que seria o “ser mulher”, Judith Butler em seu livro *Gender Trouble*, inicia com duas perguntas importantes: “Quem é o sujeito do feminismo?” e “É possível, pensar de forma categórica e universalizante, em ‘mulher’?”. Com isso, podemos refletir acerca da palavra “mulher” e das vivências femininas, mas não podemos de forma alguma universalizá-las na produção de um conceito identitário imutável.

Obviamente, há diferenças na vivência de uma mulher cisgênero (cujo gênero é o mesmo que o designado em seu nascimento, ou seja, correspondente ao seu sexo biológico) e de uma mulher trans (onde a expressão ou identidade de gênero é diferente da atribuída em seu nascimento). Neste sentido, mulheres trans, travestis e pessoas que se identificam com a feminilidade devem ser compreendidas como vivências femininas e respeitadas como tal. Contudo, as duas vivências de suas feminilidades (cis e trans), de suas opressões diárias e de seus enfrentamentos com base em uma perspectiva dita como feminista é incontestável, sendo perfeitamente compatíveis e jamais devendo ser abandonadas.

A *Teoria Queer* tende a ver o gênero como uma verdade não biológica, um sistema que engloba socialmente as subjetividades. Existe uma percepção, muitas vezes errônea, de como a pessoa se sente e como a norma diz que ela deve se sentir. A transgeneridade enuncia o que podemos conceituar como “a reivindicação de uma feminilidade”.

“*Queer*” é uma palavra inglesa que traz um conceito consolidado nos anos 1990, com a publicação do livro *Gender Trouble*, de Judith Butler. Este conceito trabalha com nossa compreensão a respeito do que acreditamos ser uma essência do masculino, do feminino e do desejo. Ao analisar este conceito, devemos percebê-lo não apenas como uma essência ou uma ontologia do todo, mas principalmente, como uma relação de mediação cultural dos marcadores biológicos.

As identidades trans costumam ser conceitos de difícil compreensão para a população em geral. Isso se deve ao fato de os trabalhos acadêmicos e pesquisas sobre o tema serem escassos, principalmente em nosso país. Pesquisa realizada em 15 de maio de 2016, no portal bancodeteses.capes.gov.br, comprova a hipótese. A busca da palavra-chave “transgênero” não apresentou nenhum resultado. Já “*Teoria Queer*”, apenas sete mestrados, entre 2011 a 2012: dois nas Letras, dois na Sociologia, um na Antropologia e um na Educação. Com a palavra “*gay*”, o resultado é bastante semelhante, com apenas seis mestrados: um em Comunicação, um em Estudos Literários, um em História Social da Cultura, um em Regional, um em Linguística e um em Psicologia, também entre 2011 e 2012. Finalmente, apenas para efeito de comparação, a palavra “mulher” registra duzentos e noventa e sete registros, entre mestrados e doutorados, nas áreas de Enfermagem, Letras, Educação, Psicologia e Saúde Coletiva, entre 2011 e 2012.

Tais números, ainda que possivelmente desatualizados ou mesmo incompletos, sugerem o desprestígio dos estudos voltados à sexualidade, especialmente na Comunicação,

que acusou apenas um único resultado, para a palavra “gay”. É de extrema importância reconhecer a academia e a *Teoria Queer* enquanto ferramentas que devem servir de base para que possamos materializar o discurso sobre nossas identidades. A teoria não contribui diretamente para a construção das mesmas mas, na maioria das vezes, pode nos auxiliar a afirmá-las politicamente.

Análise dos Enunciados Trans na Folha de S. Paulo

No título da primeira reportagem, “*Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada*”, de 16.04.2015, aba Cotidiano, podemos identificar três instâncias de poder brasileiras citadas antes da palavra “*travesti*”: Planalto (Referindo-se ao Palácio do Planalto, nome oficial do Palácio dos Despachos da Presidência do Brasil e sede do poder executivo do Governo Federal Brasileiro, de onde emana a ordem brasileira, pois é de lá que a presidência realiza suas atividades diárias), polícia (órgão responsável pela segurança pública no Estado de São Paulo) e a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil). O verbo que vem na sequência é “cobrar”, o que pressupõe que já existe uma lei que não foi cumprida, combinando com as duas instâncias citadas. Embora, na notícia, a lei não tenha sido mencionada, trata-se da Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República, que estabelece parâmetros para o acolhimento da comunidade LGBT em privação de liberdade no Brasil. Destaque-se, também, que a notícia foi publicada no caderno Cotidiano, onde verificamos uma forma mais simplificada de abordagem dos fatos relacionados ao dia-a-dia do público leitor, trazendo pautas locais tidas como merecedoras de relevância e onde o jornal pode funcionar como denúncia.

Na segunda reportagem, “*Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos*”, de 29.09.2015, aba Cotidiano, pudemos verificar que a primeira palavra do título é “Transexual”, o sujeito da oração, o agente, a mais importante. O Exército, o lugar da ordem, é quem “recebe” esse sujeito, mas fica indeterminado quem expôs as fotos e informações e quais foram elas. Fica subentendido que as informações são as da “transgeneridade” e novamente temos uma notícia abordada no caderno Cotidiano, o que denota que tal situação tende a ser corriqueira.

Ao verificarmos o tratamento dado aos transgêneros pela linguagem, podemos dizer que na primeira reportagem a palavra “travesti” já vem revestida de uma exigência de cumprimento de lei; é uma denúncia de sua inoperância, digamos assim, que pode ser reforçada pela feminilização da palavra. Fruto de uma cultura patriarcal, tudo acerca do feminino carece de mais proteção, que é ineficiente no sistema jurídico brasileiro.

Na segunda reportagem, transexual é o agente, é o masculino e, por isso, embora vítima também de um sistema legal que permitiu invasão de sua privacidade, não há nenhuma cobrança de seus responsáveis. Não se sabe quem foi o autor do vazamento (nem que vazamento foi este) e não se identifica, pela notícia, uma vontade de verdade³ para localizá-lo.

Na primeira notícia, vimos que o discurso não ocorre no vácuo, no vazio. Ele está sempre em relação com outros enunciados que o precederam e que antecipam uma provável resposta. Em outras palavras:

Todo enunciado constitui-se a partir de outro enunciado, é uma réplica a outro enunciado. Portanto, nele ouvem-se sempre, ao menos, duas vozes. Mesmo que elas não se manifestem no fio do discurso, estão ali presentes. (FIORIN, 2006, p. 24)

Isso quer dizer que os enunciados são dialógicos, conceito fundamental para Mikhail Bakhtin. Para este filósofo da linguagem, outra característica do dialogismo é que o enunciado:

é sempre heterogêneo, pois ele revela duas posições, a sua e aquela em oposição à qual ele se constrói. Ele exhibe seu direito e seu avesso. Por exemplo, quando se afirma “Negros e brancos têm a mesma capacidade intelectual”, esse enunciado só faz sentido porque ele se constitui em contraposição a um enunciado racista, que preconiza a superioridade intelectual do branco em relação a outras etnias. Essa declaração deixa ver seu direito, a afirmação intelectual da identidade de brancos e negros, e seu avesso, a superioridade intelectual dos brancos. Numa sociedade em que não houvesse racismo, não faria sentido, por ser absolutamente desnecessária, a asseveração de igualdade acima mencionada. (FIORIN, 2006, p. 24)

Considerando, portanto, as premissas de Mikhail Bakhtin, quais seriam os avessos dos enunciados “*Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada*” e “*Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos*”?

As respostas parecem tão óbvias quanto inverossímeis em nossa sociedade transfóbica: no primeiro enunciado, a de que não há travestis espancados; no segundo, que o Exército preserva a intimidade do transexual alistado.

³ FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

Vemos, assim, que o “direito” da linguagem revela aquilo que o “avesso” não nos faria crer. A *Folha de S. Paulo*, em ambos os casos, usou estratégias discursivas que nada mais são do que a expressão de um pensamento conservador e machista.

Transgêneros na Mídia: O Momento Presente como Momento Histórico

Don Kulick (2008) faz várias críticas ao relacionar mídia e travestilidade. Segundo o autor, algumas das ideias que a mídia jornalística expõe em seus textos, no que concerne às travestis, são de que devemos ter medo ou pena delas. Ainda, quando faz referência a matérias sobre crimes que são cometidos ou que têm em seu contexto travestis:

Essas reportagens pintam sempre uma mesma imagem das travestis como pessoas pervertidas, armadas, viciadas em drogas, marginais que transmitem Aids e atraem homens inocentes, colocando-os em situações perigosas para então assalta-los, enfim, como pessoas que perturbam a ordem pública, espalhando o caos (KULICK, 2008, p. 51).

Mary Jane Spink (2006), ao analisar a naturalização da desigualdade em notícias de jornal em São Paulo, afirma que os termos usados para “descrever” as notícias possuem efeitos ideológicos, uma vez que acabam situando os diversos atores da rede humana e não humana em relações de poder.

Ainda, segundo o Construcionismo⁴, rejeitamos a ideia de verdade última, questionamos a objetividade e nos posicionamos como parciais e situados num tempo social e histórico (NOGUEIRA, 2001).

Os resultados que são por nós produzidos e que abarcam o objeto deste artigo mostram uma produção discursiva midiática alheia às questões de gênero. Observamos que os repertórios sobre transgeneridades atuam numa reiteração de estigmas sobre travestis ou transexuais, muitas vezes criminalizando-os e poucas vezes favorecendo-os.

Sobre enunciados,

(...) compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com os outros enunciados, a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (...) deve-se mostrar por que não poderia ser outro, em que exclui a qualquer outro, como ocupa, no meio dos outros e relacionado a eles, um lugar que nenhum outro poderia ocupar. (FOUCAULT, 1996, p.31)

⁴ NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do Construcionismo Social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**. Março, nº 12, 2001b, pp. 137-154

O enunciado é necessariamente histórico, assim como as formações discursivas, o discurso, o arquivo e o sujeito de dizer. Podemos, portanto, considerar o momento atual como um momento histórico, percebendo que grande parte da mídia no Brasil é usada como instrumento de poder e aparato ideológico para justificar práticas de exclusão contra os transgêneros.

Indo um pouco além, vemos que atualmente há uma maior abertura e discussão sobre os transgêneros na mídia, em especial, nas mídias sociais. No entanto, mesmo diante da visibilidade midiática em relação às questões da população de transgêneros, podemos afirmar que, socialmente, a violência contra essa população continua sendo aceita e muito silenciada, especialmente no Brasil.

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. De acordo com reportagem da Agência Brasil⁵, entre janeiro de 2008 e março de 2014 foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero. Números mais atualizados da mesma ONG⁶ indicam que entre janeiro de 2008 e junho de 2016, 845 transgêneros foram vítimas de homicídio no Brasil, colocando o país novamente no topo do ranking mundial de mortes cometidas contra transgêneros.

Podemos até dizer que, atualmente, os meios de comunicação têm fornecido maior visibilidade às questões trans, porém, o discurso midiático ainda é regulado pela violência e criminalidade. Notamos que alguns campos, como a publicidade, têm se destacado bastante trazendo personagens ou temáticas trans em suas propagandas. Páginas de redes sociais, jornais digitais, filmes e séries também têm trazido personagens trans em seus enredos, porém quase sempre marginalizando-os ou utilizando-os como motivo de chacota e desrespeito perante outrem.

Com isso, vemos que no que diz respeito à transgeneridade, há ainda um longo caminho a ser percorrido, principalmente por aqueles ditos como “responsáveis” pela produção de conteúdo da mídia digital, partindo da premissa de que a mídia também possui o papel de auxiliar a sociedade, seja ela qual for, na conscientização, informação, desconstrução de conceitos e estereótipos ainda presentes no mundo atual.

⁵ Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>>. Acesso em 29 mar. 2017.

⁶ Disponível em <<http://transrespect.org/wp-content/uploads/2016/11/TVT-PS-Vol15-2016.pdf>>. Acesso em 29 mar. 2017.

Repercussão dos Casos Verônica Bolina e Mariana Lively nas Redes Sociais e Imprensa Internacional

Durante o ano de 2015, as reportagens abordadas nesta pesquisa foram alvo de diversas manifestações e repercussões de pessoas simpatizantes à comunidade LGBT nas redes sociais. No caso da travesti Verônica Bolina, a repercussão chegou a ser internacional.

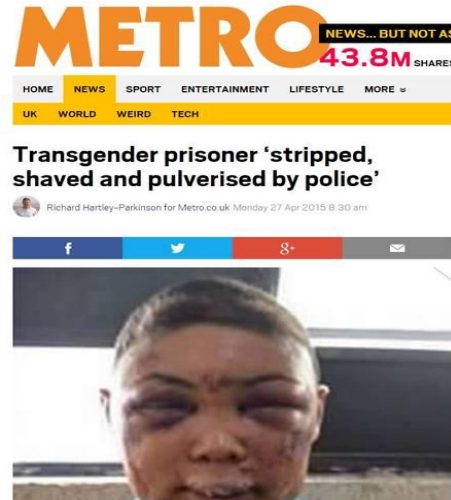
No primeiro exemplo, temos o caso do jornal britânico *Daily Mail*, mostrando fotos de Verônica antes e depois de ser agredida, enfatizando que seu rosto fora “pulverizado” pelos policiais depois de ter sua roupa arrancada e seu cabelo raspado.

Imagem 1 – *Print screen* do jornal *Mailonline*, em 02.05.2016



Já o jornal britânico *Metro* utilizou as mesmas informações do *Daily Mail*, porém ilustrou a reportagem apenas com a foto em que Verônica aparece machucada e com o cabelo raspado após as agressões.

Imagem 2 – *Print screen* do jornal *Metro*, em 02.05.2016



Ainda, com a revolta e comoção entre ativistas, simpatizantes e público em geral, criou-se uma página no *Facebook* anunciando a campanha “*Somos Todas Verônica*”. A página trazia, em um primeiro momento, mensagens de apoio à Verônica Bolina e críticas ao tratamento dispensado a ela pelo Sistema Penitenciário e pelas Polícias Civil e Militar do estado de São Paulo. Hoje, a mesma tem como definição “Por Verônica e pelas solidariedades trans”, trazendo principalmente mensagens de protesto, abordando a questão da garantia de direitos protetivos à comunidade LGBT e colocando em debate o tema da violência policial. A foto do perfil da página é a mesma que foi utilizada na campanha “*Somos Todas Verônica*” e representa as “duas faces” de Verônica: antes de ser agredida e depois de sofrer as agressões pelos policiais.

Imagem 3 – Imagem que encabeçou a campanha “*#somentodasVerônica*”

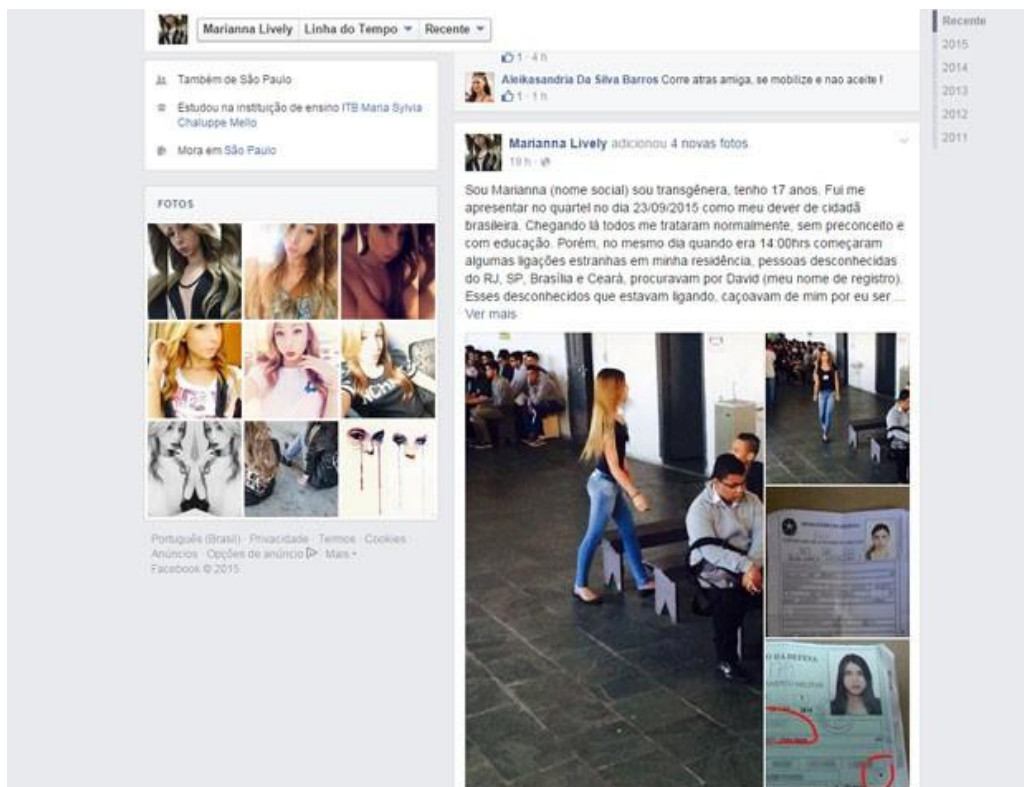


Imagem 4 - Página “*Somos Todas Verônica*” no *Facebook*



O caso da transexual Marianna Lively não chegou a ser abordado na imprensa internacional, mas além de ter sido notícia nos principais veículos de comunicação brasileiros, tomou grandes proporções a partir de uma postagem da própria Marianna em sua página pessoal do *Facebook*, que fez com que as pessoas inconformadas com o desrespeito pelo qual a jovem passara ao se alistar no Exército acabassem compartilhando a notícia de forma maciça, colocando o caso em destaque nacional.

Imagem 5 – Página da transexual Marianna Lively



A grande repercussão acerca dessas notícias mostra que, independente do fato de as pessoas serem ou não solidárias à causa LGBT, elas consideraram a notícia relevante por algum motivo, mostrando que não estão alheias ao que ocorre na sociedade e sabem da importância de acessar fontes confiáveis como forma de obter informações acerca de determinado fato.

A mobilidade social causada pelos acontecimentos torna-se nítida quando, nas duas reportagens, são citadas a discriminação sofrida pelas transgêneros e a não obediência a certas leis. No caso da travesti Verônica Bolina, é mencionado o descumprimento à Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014, do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Presidência da República, que estabelece parâmetros para o acolhimento da comunidade LGBT em privação de liberdade no Brasil. Já no caso da transexual Marianna Lively, deveria ser aplicada a Lei Estadual nº 10.948, de 05 de novembro de 2001, que tipifica os crimes contra homossexuais, bissexuais e transgêneros no Estado de São Paulo. Ou seja, a discriminação sofrida pelas vítimas associada à violação de leis já existentes sem que houvesse a efetiva punição dos envolvidos causou extrema comoção e revolta em grande parte da sociedade, que viu na busca pelas notícias um meio para poderem posicionar-se e refletir sobre essas questões.

Pode-se dizer que a visualização em grande escala das notícias ocorreu, portanto, de forma dinâmica e não só através de redes sociais, mas também através de fontes confiáveis, como por exemplo, os sites de jornais internacionais já mencionados. A interação trazida pela divulgação da notícia e consequente criação de página no *Facebook* conota, também, que as redes sociais têm sido influência direta no processo decisório do consumo de notícias pela sociedade.

Considerações Finais

Este trabalho buscou analisar os enunciados “*Planalto e OAB cobram polícia de SP por travesti espancada*” e “*Transexual se alista no Exército e tem fotos e informações expostos*”, ambos veiculados no ano de 2015 na *Folha de S. Paulo*, de forma a refletir sobre os mecanismos discursivos que, acionados pelos seus autores, estimularam os leitores ao fomento de ideias preconcebidas e estigmatizadas.

Um ponto importante e que se fez necessário ressaltar no âmbito desta pesquisa foi a reflexão sobre os travestis e transexuais como experiências de gênero e como forma de representações femininas. Em uma primeira investigação (a do dicionário) pudemos concluir, segundo Michaelis (1998), que enquanto a palavra “transexual” admite tanto os gêneros masculino e feminino, segundo a norma culta, a palavra “travesti” admite apenas o gênero masculino. A constatação de que a definição do dicionário, pelo menos no que concerne ao verbete “travesti”, estava em descompasso com a realidade se deu quando, no título de uma das reportagens, tivemos a feminilização desta palavra.

Este trabalho também pretendeu demonstrar, considerando a *Teoria Queer* de Judith Butler (2008), que os transgêneros possuem ambiguidades que servem como marcadores essenciais de sua existência, como a construção de uma identidade que tem como base o “ser mulher” (*Identidade Trans*) e colocando em questão o modo binário (homens e mulheres biológicos) com que frequentemente as identidades sexuais e de gênero são tematizadas. Certamente, as vivências de uma mulher cisgênero e de uma mulher trans têm diferenças. Enquanto a mulher cisgênero já possui sua feminilidade de forma biológica, a mulher trans busca sua identidade através de suas vivências. Ou seja, a transgeneridade enuncia o que podemos conceituar como “a reivindicação de uma feminilidade” por essas pessoas: se identificam como mulheres, sendo compreendidas e respeitadas como tal.

Partindo para as premissas de Mikhail Bakhtin, segundo Fiorin (2006), temos que todo enunciado é dialógico e heterogêneo, pois revela duas posições: seu direito e seu avesso. Ao analisar detidamente o título das reportagens, verificou-se no “direito” dos enunciados que uma travesti jamais deveria sofrer agressões (ser espancada) e que uma transexual jamais deveria ter seus dados e informações expostos ao se alistar no Exército. Já ao buscar o “avesso”, tivemos a ideia de que, no primeiro enunciado, não há travestis espancados, e no segundo, de que o Exército preserva a intimidade do transexual alistado. Revelou-se, portanto, que o “direito” da linguagem trazia aquilo que o “avesso” não nos faria crer.

Com isso, pudemos verificar nas reportagens um enunciado transfóbico, afinal, em uma sociedade em que não houvesse preconceito contra os transgêneros, não faria sentido ressaltar os problemas mencionados nos títulos das reportagens (“espancada” e “dados e informações expostos”). Ainda, evidenciou-se que a *Folha de S. Paulo* usou, nas reportagens, estratégias discursivas que suscitaram a expressão de um pensamento conservador e machista.

Com a grande repercussão dessas notícias e simpatizando-se ou não com a causa LGBT, as pessoas consideraram relevantes as reportagens veiculadas por algum motivo. Spink e Medrado (2004) afirmam que o número de práticas discursivas em que uma pessoa pode se engajar é grande e ao mesmo tempo contraditório, pois nosso posicionamento nas interações sociais é passível de mudança. A interação viva trazida através da notícia e a consequente mobilização social denotam a grande influência que as redes sociais têm no processo opinativo das pessoas.

Indubitavelmente, pudemos compreender que tudo que envolve a transgeneridade na sociedade ainda carrega consigo certo preconceito. Extingui-lo significa desconstruir a ideia de gênero como algo estritamente ligado ao sexo biológico, e tal desconstrução torna-se importante a partir do momento em que garante forte combate à discriminação.

As conclusões deste artigo propõem a necessidade de maiores discussões acerca do papel da imprensa, em especial a mídia digital, no Brasil, ao abordar questões envolvendo a transgeneridade.

Spink e Medrado (2004) propõem que a mídia é um poderoso meio de criação, de circulação e de transformação dos conteúdos simbólicos. E a mídia, sem sombra de dúvidas, tem um papel de grande importância neste sentido, inclusive histórico. A análise dos enunciados que foram objeto deste artigo evidenciaram um grande desrespeito quanto à identidade de gênero dos seus sujeitos, principalmente pela forma como eles (enquanto sujeitos) ou até mesmo os assuntos foram retratados nas reportagens.

É necessário, urgente e imprescindível que os profissionais de mídia compreendam e estudem a fundo as questões de gênero desde o início de sua formação. Com isso, poderemos potencializar uma mídia comprometida com a transformação dos conteúdos simbólicos, tal qual propõem Spink e Medrado (2004), podendo tornar-se uma ferramenta útil para as transformações sociais, historicizando as questões atuais, desnaturalizando o preconceito e afastando a discriminação.

Referências Bibliográficas

AMÂNCIO, Thiago. **Transexual se alista no exército e tem fotos e informações pessoais expostos**. Disponível em: < <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/09/1687988-transexual-se-alista-no-exercito-e-tem-fotos-e-dados-pessoais-expostos.shtml>>. Acesso em 08 set. 2016.

BERGAMO, Marlene. **Planalto e OAB cobram SP por travesti espancada**. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/04/1617682-planalto-e-oab-cobram-policia-de-sp-por-travesti-espancada.shtml>>. Acesso em 08 set. 2016.

BRASIL. **Resolução Conjunta nº 1, de 15 de abril de 2014**: estabelece parâmetros para o acolhimento da comunidade LGBT em privação de liberdade no Brasil. Diário Oficial da União. Brasília, DF, Ano CLII, nº 248, p. 1, Seção I. 17 abr. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. São Paulo: Ática, 2006.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

KULICK, Don. **Travesti**: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

NOGUEIRA, Conceição. Contribuições do Construcionismo Social a uma nova psicologia do gênero. **Cadernos de Pesquisa**. Março, nº 12, 2001b, pp. 137-154.

SÃO PAULO. **Lei Estadual nº 10.948, de 05 de novembro de 2001**: tipifica os crimes contra homossexuais, bissexuais e transgêneros no Estado de São Paulo. Diário Oficial do Estado. São Paulo, SP. Volume 111, nº 209, p. 2, Seção I. 6 nov. 2001.

SPINK, Mary Jane; MEDRADO, Benedito. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In.: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. – 3ª ed. – São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane. O poder das imagens na naturalização das desigualdades: os crimes no cotidiano da mídia jornalística. In.: SPINK, Mary Jane; SPINK, Peter. (Orgs.). **Práticas cotidianas e a naturalização da desigualdade**: uma semana de notícias nos jornais. São Paulo: Cortez, 2006.